

UNIVERZITA PALACKÉHO V OLMOUCI

Filozofická fakulta

Katedra romanistiky

Descolonização do Moçambique e “os retornados”

Decolonization of Mozambique and “os retornados”

(Bakalárska práca)

Autor: Aneta Stará

Vedúci práce: Mgr. Kateřina Ritterová, Ph.D.

Olomouc 2021

Čestné prehlásenie

Prehlasujem, že som túto bakalársku prácu vypracovala samostatne pod odborným vedením Mgr. Kateřiny Ritterovej, Ph.D. a uviedla v nej všetku literatúru a ostatné zdroje, ktoré som použila.

Olomouc, 24.6.2021

.....

podpis

Pod'akovanie

Chcela by som sa poďakovať Mgr. Kateřine Ritterovej, Ph.D., ktorá ma viedla a usmerňovala pri písaní mojej bakalárskej práce a poskytovala užitočné rady a inšpiráciu.

Obsah

1. Introdução.....	6
2. Contexto histórico	8
2.1. Colonialismo português do Século XX.....	8
2.2. A situação nas colónias	8
2.3. Política em Portugal	10
2.3.1. O período salazarista	13
2.4. Revolução de 25 de Abril.....	14
2.5. Guerra de Independência de Moçambique.....	15
2.6. Os primeiros anos depois da Guerra de Independência	19
2.7. Relação entre a sociedade colonial e colonizada em Moçambique	21
3. A partida do Moçambique	23
3.1.1. A cidadania e a lei da nacionalidade de Junho de 1975	24
3.1.2. A chegada dos colonos	25
4. Problemática dos retornados.....	27
4.1. Sobre o termo “retornados”.....	27
4.2. “Retornados” ou “refugiados”?.....	28
4.3. Os retornados nos estudos sociográficos.....	29
4.4. Estrutura demográfica	30
4.5. Escolaridade	30
4.6. O trabalho.....	31
4.7. O retorno a Portugal	32
4.8. O retorno a Portugal da segunda geração.....	33
5. (Re)integração da população retornada	38
6. Conclusão	42
7. Resumé	44
8. Bibliografia.....	45
Fontes eletrónicas	46

9. Anotação.....	47
10. Annotation	48

1. Introdução

O tema principal deste trabalho é o fenómeno da maior migração de década 70 em Portugal – a migração dos retornados das ex-colónias ultramarinas portuguesas. O tema da migração é até hoje muito atual e importante no contexto mundial. Ultimamente fala-se muito sobre possibilidades e obrigações de acolher os migrantes e parece-me interessante que o país, realmente pequeno, foi capaz de receber quase um meio milhão dos retornados e assegurar-lhes as condições de vida aceitáveis.

O objetivo deste trabalho é sobretudo explicar o fenómeno dos retornados e mostrar os problemas que trouxe este fenómeno tanto para os próprios retornados como para os portugueses residentes em Portugal. O trabalho intenta mostrar também as consequências que trouxe o fenómeno na integração dos retornados em Portugal.

Para entender o que causou essa migração, é necessário entender bem os acontecimentos que a precediam e as suas consequências. O trabalho pretende focalizar também o contexto histórico e sociopolítico dos anos da ditadura Salazarista em Portugal e da Guerra de Independência em Moçambique.

A problemática dos retornados é muito complexa, por isso será preciso definir o termo retornado, pesquisar os dados demográficos e sociográficos e procurar testemunhos para percebê-la. Este trabalho pretende mostrar como os portugueses conseguiam receber o número tão grande dos retornados e se os recebessem com mente aberta. O trabalho pretende enfocar nos acontecimentos tanto de ponto de vista dos portugueses como dos próprios retornados segundo os testemunhos.

Em primeiro lugar, este trabalho está baseado no estudo *Quatrocentos anos depois, que viagens?* de Alcides Murteira, que foi o meu primeiro encontro com o tema dos retornados. Segundo, as informações sobre o tema dos retornados, maioritariamente, procedem dos estudos *Os filhos dos “retornados”: a experiência africana e a criação de memórias, pós-memórias e representações na pós-colonialidade* de Bruno Machado e *Retornados: Identidades de Um Grupo (In)Conformado* de Cláudia Sofia Pinto e Susana Faria. As informações do contexto histórico procedem dos livros do Ján Klíma (*Dějiny Mosambiku, Dějiny Portugalska*).

A problemática dos retornados é o tema significativo na história portuguesa, contudo, esse tema não é processado suficientemente. A procura das fontes, observa-se que é muito difícil encontrar as fontes que são credíveis e objetivos. A maioria das fontes secundárias

é escassa ou processada subjetivamente. Nos muitos casos o tema dos retornados não é o tema principal e só está mencionado nos estudos com contexto histórico deste período.

2. Contexto histórico

2.1. Colonialismo português do Século XX

Com a expansão do capitalismo industrial, no início do Século XIX, começou o neocolonialismo¹ e as potências europeias começaram a ocupar a maior parte do continente africano, e assim, criaram muitas colónias. No fim do Século XIX, a competição pelo domínio dos territórios africanos intensificou-se entre as potências. No ano de 1884 realizou-se a Conferência de Berlim², que deu o início a partilha de África³. Nesta conferência foram estabelecidas as normas para a ocupação, as potências negociaram a divisão dos territórios africanos e propuseram para que não se invadissem os territórios já ocupados por outras potências.

No início da Primeira Guerra Mundial, 90% dos territórios africanos estavam sob o domínio da Europa. Na esquina dos Séculos XIX e XX, os países europeus, que dominaram os territórios, chegaram ao continente africano em busca das riquezas e não respeitaram a divisão correta dos territórios. Também não se importaram com as tribos africanas, o que mais tarde, provocaram guerras internas.

2.2.A situação nas colónias

As pressões descolonizantes se intensificaram depois da Segunda Guerra Mundial. O ano de 1960 entrou na história colonial portuguesa como o “ano da África”. O princípio da descolonização triunfou e os impérios ultramarinos das potências europeias desapareceram. Só o império português colonial sobrevivia. Portugal, sendo um pequeno país europeu com um baixo poder económico, controlou territórios na África (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) e na Ásia (Goa, Dia, Damão, Timor-Leste, Mação). O período salazarista nunca considerou outras alternativas como que os territórios deveriam ser subordinados a Lisboa, e isso, revelou-se um erro fatal.

No caso de Angola, podemos observar que a colonização portuguesa não levou muitos positivos. A maior colónia portuguesa, no ano de 1950, tinha apenas 4 145 266 habitantes. A minoria “civilizada” era composta por 79 000 brancos, 26 000 mulatos e 30 000 negros (0,75% dos habitantes negros). Entre os anos de 1950 – 1955 aumentou o número dos

¹ Neocolonialismo – processo de dominação política e económica pelas potências capitalistas ou ex-colónias ocidentais no final do Século XIX.

² Conferência de Berlim – realizou-se em Berlim entre o 15 de Novembro de 1884 e o 26 de Fevereiro de 1885 e marca a colaboração europeia na partição e divisão territorial da África.

³ Partilha de África era a proliferação de reivindicações europeias conflitantes no território africano durante o período e a década de 1880 e a Primeira Guerra Mundial. Incluía as potências europeias como a França, Inglaterra, Itália, Alemanha, Espanha, Portugal, etc.

brancos nesta colónia (37%).⁴ Os negros começaram a manifestar a ilustração patriótica com o movimento “Vamos descobrir Angola” e no ano de 1956 foi formado o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA⁵).

As colónias portuguesas ficaram no centro da atenção mundial. No dia 11 de Novembro de 1960, a ONU apelou a Portugal que apresentasse o informe sobre os territórios ultramarinos. Portugal foi apoiado no conflito com a ONU pela Espanha, Bélgica e França. A assembleia geral de ONU aprovou no dia de 14 de Dezembro de 1960 a declaração sobre a necessidade de outorgar a independência às nações coloniais. Antes de ser criada a concessão sobre o futuro político nas colónias, as organizações de resistência escolheram os métodos violentos recomendados por Moscovo. Em Luanda, no dia de 4 de Fevereiro de 1961, estourou a revolta armada. A revolta não foi bem-sucedida, porque a capital de Angola estava nas mãos da administração branca. Os distúrbios continuavam em Março no norte de Angola. Durante as seguintes semanas, essas regiões foram devastadas e desabitadas.

No início da década de 1960 formou-se a OPVDC⁶ que organizava os cidadãos locais que depois recebiam o treino básico militar e o plano de defesa. Essa organização queria despertar o sentimento de estado de guerra em todos os nativos.

No ano de 1969, foi tomada a decisão sobre a ampliação do envolvimento dos moçambicanos nas operações militares portuguesas. No ano seguinte começaram os treinos para as novas unidades chamadas “Grupos Especiais” (mais adiante GEs) formadas por moçambicanos recrutados. Cada vez que vinham as forças armadas de Portugal, podia-se observar que os portugueses vinham cada vez pior preparados, e que a qualidade operacional dos moçambicanos dos GEs era muito superior à dos portugueses. Em 1972, no Dondo (perto da cidade de Beira, no centro de Moçambique), criou-se o Centro de Formação de GEs, onde estes grupos começaram a ser treinados centralizadamente. O Centro localizava-se nos terrenos duma empresa do Engenheiro Jorge Jardim e o centro ficava sob a sua tutela política. Neste Centro surgiu a ideia da formação dos grupos elites dos GEs. Dos GEs foram selecionados os melhores e voluntários e junto formaram Grupos Especiais Paraquedistas (GEPs). Os GEPs

⁴ KLÍMA, Jan, *Dějiny Portugalska*, Nakladatelství Lidové Noviny, Praha, 2007, p. 419

⁵ MPLA foi um movimento de luta pela independência de Angola, que se transformou num partido político angolano depois a Guerra de Independência de 1961 - 1974, e que governou o país desde sua independência de Portugal em 1975.

⁶ OPVDC – Organização Provincial de Voluntários e de Defesa Civil

eram única força local com esta especialidade Assim, começou a “moçambicação” nos cargos de comando independentemente da cor da pele.⁷

Em Angola foram criadas as unidades militares – Flechas – que foram formadas por desertores e capturados e realizavam operações de surpresa e cometiam massacres que atribuíram aos movimentos de libertação. Em Moçambique tentaram repetir essa experiência, mas encontraram-se com a forte resistência do Comando Militar. O Comando Militar refletia o desgosto em aceitar a existência destas unidades fora da cadeia do comando.

Entre os anos de 1970 e 1974, o FRELIMO intensificou as suas operações de guerrilha. Em 1972, o FRELIMO iniciou uma larga ofensiva nas províncias de Tete, Niassa e Cabo Delgado. A resposta dos portugueses foi violenta – os portugueses mataram entre 150 e 300 cidadãos, que foram acusados de serem simpatizantes do FRELIMO. As lutas continuavam a ser mais e mais violentas e aldeias inteiras e cidades foram bombardeadas. No ano de 1974, o FRELIMO aumentou as suas atividades e a opinião dos militares portugueses era que a guerra naquela situação havia se tornado insustentável.

Depois do Golpe de Estado em Portugal (25 de Abril de 1974), a situação naquele país estava muito instável, muitos soldados se recusaram a lutar e partiram de Moçambique.

2.3. Política em Portugal

No dia 14 de Dezembro do ano de 1955, Portugal foi aceito à ONU. A população da geração mais nova esperava, que a assinatura da Carta das Nações Unidas⁸ ampliaria as liberdades civis. Contudo, Salazar permitiu um pequeno passo para frente, permitindo ao país a aprovação das organizações de estudantes que tinham sido aprovados pelas autoridades.

No ano de 1957, os empresários e economistas portugueses encontraram-se nas conferências e concordaram, que a lentidão do desenvolvimento do país era insuportável. Pediam a reforma do mercado interior e a eliminação da crise económica. No dia 1 de Janeiro de 1959, tem início o plano, promovido pelo governo que deveria durar seis anos, para o desenvolvimento do nível de vida em Portugal e nos territórios ultramarinos. Os investimentos maciços deveriam elevar as capacidades dos ramos necessários. Em Lisboa, teve início a construção da ponte sobre Tejo e dos estaleiros novos. O plano incluía a modernização da via

⁷ CABAÇO DE OLIVEIRA, José Luís, *Moçambique: Identidades, colonialismo e libertação*, São Paulo, 2007, p. 358

⁸ Carta das Nações Unidas é o tratado fundamental das Nações Unidas de 1945. A Carta da ONU articulou um compromisso de defender os direitos humanos e liberdades fundamentais dos cidadãos sem distinção da raça, sexo, idioma ou religião.

férrea, construção dos quinze barcos a vapor, dos dez navios especiais para a pesca de bacalhau e 57 barcos de pesca. Alargou-se a capacidade para a refinaria de gasóleo, a eletrificação e a construção dos aeroportos modernos na Madeira e nos Açores. Os críticos objetavam que o plano não ajudava à agricultura, mas não podiam negar a aplicação efetiva dos investimentos e a modernização nas áreas empresariais.

Os conflitos dentro do país multiplicaram-se desde o começo da reforma económica e muitas pessoas foram condenadas pelos delitos políticos. Depois da fuga dos prisioneiros proeminentes de fortaleza de Peniche, a imprensa mundial comentava a negligencia portuguesa com as liberdades humanas. A crítica vinda do estrangeiro e a situação tensa em Portugal levaram Salazar a declarar a anistia para os intelectuais (escritores) no ano de 1960. A situação em Portugal deveria acalmar-se, mas neste momento entrou na atenção o problema das colónias.

Entre os anos de 1958 – 1962 a crise de Salazarismo foi discutida tanto em Portugal como no mundo. Os custos de 70 000 soldados, que lutavam nas colónias, carregavam demasiado o estado, onde o censo de 1960 descobriu 7 889 392 habitantes⁹. A estrutura social confirmava o atraso português – 47% dos habitantes trabalhava na agricultura e 30% eram analfabetos.¹⁰ Essa carga não permitia aproveitar da pertinência Associação Europeia do Comércio Livre. No ano de 1964, foi firmado o tratado sobre a coordenação da guerra contra o FRELIMO em Moçambique.

A escassez de trabalho em Portugal obrigou às muitas pessoas a partir em trabalho para na França ou Alemanha. Apesar disso, na década de 1960, podem-se observar várias mudanças. O turismo impôs-se como a fonte de negócio lucrativo em Portugal. O rendimento do ano 1964 conseguiu dois mil milhões escudos, porquanto, Portugal foi visitado por quase um milhão de turistas.

O sistema educativo foi reformado também. Aumentou o número dos estudantes e às escolas penetravam os ideais democráticos. Pouco a pouco, os portugueses adquiriam os conhecimentos relacionados com a Europa Ocidental desenvolvida.

Primeiro, as Forças Armadas portuguesas não eram adequadas no caso de uma guerra de guerrilhas nas colónias africanas, porque a sua agenda era responder a objetivos estratégicos que antecipavam a possibilidade de uma guerra convencional ou de um conflito nuclear, mas quando as Regiões Militares de Angola e Moçambique se agregaram às Regiões

⁹ KLÍMA, Jan, *Dějiny Portugalska*, Nakladatelství Lidové Noviny, Praha, 2007, p. 420

¹⁰ Id. Ibid, p. 428

Aéreas (1956) e aos Comandos Navais (1957), Portugal começou com as preparações para uma possível guerra colonial – começaram a treinar uma nova unidade do exército – “caçadores especiais”.

Assim que, quando a revolta estalou em Angola, as forças já estavam instaladas no território. No fim do ano de 1960, na colónia estavam instaladas unidades de 6500 homens, dos quais 5000 eram recrutados localmente. Em Moçambique, o recrutamento local foi muito significativo. Já no ano de 1965, 42,4% das Forças Armadas eram compostas por africanos. Até o ano de 1967, esta percentagem baixou, porque chegaram os reforços de Portugal continental. Contudo depois deste ano, a percentagem começou a crescer outra vez e no ano de 1973 ascendeu aos 53,6%.¹¹

A guerra nas colónias comprometia Portugal financeiramente, mas também moralmente. Os custos para a defesa formaram no ano de 1966 42%¹² do orçamento português. O prolongamento do serviço militar obrigatório dos 18 meses a 4 anos provocou o descontentamento na juventude e no exército português que já lutava nas colónias. Como Portugal precisava das pessoas para a guerra, no ano de 1970, Marcelo Caetano, o primeiro ministro, publicou um decreto para que pudesse chamar ao serviço militar os reservistas militares. Assim, os portugueses podiam passar na guerra mais que seis anos.

Com as guerras coloniais permanentes, Portugal começou a perder a sua posição política internacional. A assembleia geral da ONU, no dia 4 de Dezembro de 1971, aprovou a resolução que confirmava o direito de independência para as nações de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Portugal foi expulso do UNESCO. O ano de 1972 trouxe obstáculos insuperáveis para Portugal. Portugal enfrentou muita crítica sobre as guerras coloniais dos Estados escandinavos, Holanda, Alemanha e Vaticano.

Neste período, mais que 1,5 milhão dos portugueses trabalhavam no estrangeiro e só 3 milhões idem em Portugal, mais que 600 companhias estrangeiras começaram a restringir os seus investimentos em Portugal, porque não podiam encontrar o número de trabalhadores suficientes. O balanço comercial no ano de 1973 mostrou que não era possível o crescimento económico – o défice chegou aos 23 mil milhões escudos.¹³

¹¹ CABAÇO DE OLIVEIRA, José Luís, *Moçambique: Identidades, colonialismo e libertação*, São Paulo, 2007, p. 359

¹² KLÍMA, Jan, *Dějiny Portugalska*, Nakladatelství Lidové Noviny, Praha, 2007, p.433

¹³ Id., *ibid*, p. 444

2.3.1. O período salazarista

O termo Salazarismo designa o período entre 1933 – 1974 e podemos caracterizá-lo como período do regime ditatorial, antidemocrático, antiliberal, colonialista e conservador dirigido pelo chefe do Governo de Portugal António de Oliveira Salazar. Esse período durou até a Revolução dos Cravos (1974 – 1975) que deu início à democracia portuguesa.

António de Oliveira Salazar foi eleito para a presidência do Conselho dos Ministros e queria conseguir a aprovação duma nova Constituição em Portugal. Com a nova Constituição, que foi promulgada em 1933, inaugurou-se o Estado Novo português.

O Salazarismo é um período marcado por várias características. Daniel Neves disse sobre o período salazarista: “As características principais são seguintes; *o corporativismo* - o Estado colocou-se como mediador das relações entre patrões e empregados. O objetivo disso era enfraquecer sindicatos e os conflitos entre classes em Portugal.; *perseguição aos partidos políticos e aos opositores* – durante o regime salazarista, somente o partido do governo (União Nacional) tinha autorização para funcionar; *concentração de poder* – o poder político em Portugal concentrava-se nas mãos do líder; *censura* – o objetivo era permitir somente a veiculação de informações com a ideologia oficial do governo; *anticomunismo* – houve associação direta do regime com ações que visavam ao combate do comunismo; *nacionalismo e colonialismo* – o governo defendeu e lutou pela manutenção do império colonialista português; e *defesa de ideais conservadores* com o seu lema “Deus, pátria, família”.¹⁴

O regime salazarista entrou em decadência na década de 1960 por razões económicas. Portugal tornou-se um dos países mais atrasados da Europa. Um dos fatores que complicavam a situação económica em Portugal era a crise do colonialismo e as guerras coloniais. As colónias portuguesas na África e Ásia começaram a luta pela sua independência e contra o domínio português. Portugal lutou pela submissão dos rebeldes e contra os movimentos de independência em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Goa e Timor-Leste. Além disso, em 1968, a saúde do ditador português António Salazar deteriorou-se e ele foi substituído no comando por Marcello Caetano. Salazar faleceu no ano 1970 aos 81 anos de idade.

A mudança do governo do Estado Novo não ajudou com a situação em Portugal e o regime continuava impopular na sociedade portuguesa. Assim, as demonstrações de

¹⁴ NEVES SILVA, Daniel, “Salazarismo,” Acedido em 24 de Janeiro de 2021, em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/salazarismo.htm>

insatisfação ganharam na força. A ala do governo mais conservadora recusou a permitir a realização das reformas de promover a abertura do regime. Portanto, a ala do exército, que estava insatisfeita com a ditadura portuguesa, organizou-se para derrubar o regime ditatorial. Este golpe militar é conhecido também como a Revolução dos Cravos que ocorreu no dia 25 de Abril em 1974. Nesse dia, as esquadras portuguesas ordenaram a destituição de Marcello Caetano do mando do país.

2.4.Revolução de 25 de Abril

O movimento, da Revolução de 25 de Abril, iniciou a implantação de um regime democrático com a entrada em vigor da nova Constituição da República Portuguesa no dia 25 de Abril de 1976.

Portugal mantinha as colónias africanas, considerava-as parte integral de Portugal e defendia-as militarmente. Os portugueses de Angola e Moçambique não estavam satisfeitos com o governo de Marcello Caetano pelas contradições de interesses económicos entre Portugal e as colónias e pelas restrições impostas à indústria das colónias. O 25 de Abril de 1974, no início trouxe promessas de democracia e liberdade, mas entre a comunidade dos colonos aumenta-se um sentimento antiportuguês, especialmente entre os jovens. O povo africano acusa o governo português de os ter abandonado. Na totalidade das colónias portuguesas africanas surgiam movimentos independentistas que culminavam em manifestações na forma de guerrilhas armadas. Com estas guerrilhas conseguiram controlar uma parte importante do território, apesar da presença de um grande número de tropas portuguesas. À respeito de Moçambique, a FRELIMO desanimava a emigração dos portugueses, queria apelar a eles, para que se adaptassem às transformações políticas e sociais. Samora Machel¹⁵ e Joaquim Chissano¹⁶ promoviam a luta pela independência e pela criação de uma sociedade socialista. Porém, em 1975 foi visível um aumento da emigração com a chegada a Lisboa dos primeiros portugueses que foram expulsos de Moçambique.

Como já foi dito, o evento da Revolução de 25 de Abril, foi liderado por um movimento militar, MFA¹⁷, que tinha participado na Guerra Colonial. O movimento surgiu mais ou menos do ano 1973. No início, o movimento foi baseado na luta pelo prestígio das forças armadas. Durante o Estado Novo, Portugal foi considerado governado por uma ditadura.

¹⁵ Samora Machel era o militar moçambicano, líder revolucionário da Guerra da Independência de Moçambique e o primeiro presidente moçambicano após a independência conseguida

¹⁶ Joaquim Chissano era o político moçambicano e presidente de Moçambique entre 1986 - 2005

¹⁷ MFA - Movimento das Forças Armadas

Entretanto, em Portugal, chegou o período, conhecido como PREC¹⁸, cheio de manifestações, ocupações, nacionalizações e conflitos militares. No dia 26 de Abril 1974 forma-se JSN¹⁹ que dou o início ao governo de transição. O programa do MFA pode ser resumido nos três Ds: *Democratizar, Descolonizar e Desenvolver*.

Nos dias seguintes voltaram do exílio os líderes políticos da oposição e a gente juntou-se – quase um milhão de pessoas – e celebraram a liberdade nas ruas de Lisboa. No dia 15 de Maio de 1974, o General António de Spínola foi nomeado o Presidente da República. Nos seguintes dois anos foram nacionalizadas grandes empresas e expulsas as pessoas relacionadas com o Estado Novo. No dia 25 de abril de 1975, Portugal teve as primeiras eleições livres e continuava-se com a preparação da nova constituição democrática, que entrou em vigor no dia 25 de Abril de 1976. E assim, forma-se o Primeiro Governo Constitucional de Portugal.

2.5. Guerra de Independência de Moçambique

A Guerra de Independência de Moçambique, também conhecida como Luta Armada de Libertação Nacional, era o conflito armado entre as forças de FRELIMO²⁰ e as Forças Armadas de Portugal. O conflito oficialmente começou no dia de 25 de Setembro de 1964, com um ataque ao posto administrativo de Chai, parte do distrito de Macomia na província de Cabo Delgado, e terminou no dia 8 de Setembro de 1974 com o cessar-fogo. A independência foi conseguida no ano de 1975.

Em 1951, Moçambique foi designado como território ultramarino²¹ sob o controlo de Portugal. Depois da Segunda Guerra Mundial, as nações africanas (o Egito, a Líbia, o Marrocos, a Tunísia, a Gana, a Etiópia e a Eritreia) começaram a tornar-se independentes e, isso, também influenciou os sentimentos nacionalistas nos moçambicanos.

Durante o ano de 1963 começaram as greves em Beira, Nacala e Lourenço Marques e o FRELIMO tomou em conta a preparação para a luta armada. Neste período começaram a organizar-se várias organizações, como por exemplo, MANC²² e FUNIPAMO²³. A criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em Junho de 1963 ajudou aos líderes de FRELIMO ganhar a superioridade. Essa organização declarou as sanções em relação ao Portugal e mandou

¹⁸ PREC - Processo Revolucionário Em Curso

¹⁹ JSN - Junta de Salvação Nacional

²⁰ A Frente de Libertação de Moçambique é um partido político fundado em 25 de Junho de 1962, com objetivo de lutar pela independência de Moçambique do domínio colonial português

²¹ território ultramarino – possessão que uma nação tem do outro lado do mar, ou onde se chega após longa travessia

²² MANC – Congresso Nacional Africano de Moçambique

²³ FUNIPAMO – Frente Unida Anti-imperialista Popular Africana de Moçambique

a fechar o aeroporto para as forças aéreas portuguesas, e assim, pôe-se na frente da campanha mundial para a libertação dos territórios ultramarinos portugueses. FRELIMO era reconhecido pela OUA como o representante legal do povo moçambicano.

No ano 1964 foi declarado o estado de emergência ao norte do rio Zambezi. Era necessário que FRELIMO provasse a sua capacidade de resistência, e assim, tomou decisão de ação armada. Essa ocorreu em Chai, na província de Cabo Delgado, onde foram mortos policiais e o chefe do posto de Chai. Desta forma, FRELIMO provou que estava decidido a declarar a guerra. Eduardo Mondlane²⁴ aproveitou do incidente no Chai e apresentou-se como o líder da única corrente de resistência.

No mesmo ano, FRELIMO construiu um acampamento do treino em Kongwa (Tanzania) e até o fim de 1965 construiu as bases militares em partes desertas do Niassa e Cabo Delgado. Assim que, em 1965 FRELIMO dispunha de mais de 2000 soldados treinados em comparação com o ano de 1964 quando havia só 250.²⁵ As autoridades portuguesas continentais apertaram as perseguições contra todas as pessoas que eram suspeitas de possuírem relações com a resistência. PIDE, no fim do 1964, deteve aproximadamente 1800 ativistas do FRELIMO, e assim, excluiu a possibilidade do golpe na capital. Durante os anos seguintes, muitos artistas e escritores (José Craveirinha, Rui Nogar, Malangatana, Luís Honwana) não escaparam a perseguição ou a detenção.

O cambio da política dos EUA, após Kennedy, complicou as possibilidades de apoio do estrangeiro. Eduardo Mondlane apelou ao presidente Johnson para que os EUA restaurassem o apoio material e financeiro. O presidente não respondeu e na estratégia global, a África baixou na importância dos EUA em favor da Ásia. Por isso, FRELIMO começou a orientar-se a URSS e China.

Primeiramente o objetivo principal das nações do FRELIMO era procurar a identidade moçambicana e aperceber-se dela, porque muitos dos habitantes não se sentiam moçambicanos, porque sempre eram designados como portugueses. Os programas de rádio de FRELIMO ajudavam com a percepção da identidade. Transmitem notícias simples em várias línguas indígenas para que as pudessem entender também os africanos que não falavam bem português. Estes programas funcionavam como propaganda do FRELIMO. No 1966, FRELIMO estava numa situação desastrosa, não era unido, haviam disputas no partido e o

²⁴ Eduardo Mondlane era um dos fundadores e primeiro presidente de FRELIMO

²⁵ KLÍMA, Jan, *Dějiny Mosambiku*, Nakladatelství Lidové Noviny, Praha, 2010, p.183

exército português vencia as batalhas, mas nos mesmos programas, Eduardo Mondlane apresentava o partido como unificado para atrair os moçambicanos para o movimento.

O ano de 1962 foi importante porque idem promulgado o decreto do 1 de Fevereiro de 1962. Segundo este decreto, os cidadãos portugueses podiam instalar-se em Moçambique sem restrições. Este decreto ajudou com o aumento do número dos residentes brancos (portugueses) com a sua influência nos regiões moçambicanos. O ano de 1965 foi o terceiro ano do plano de seis anos de desenvolvimento de país. Esse plano prometeu uma modernização de grande alcance. Criavam-se novas plantações para o cultivo de chá e tabaco. No vale do rio Maputo começou o cultivo de arroz e a criação do gado bovino. Com a produção agrícola aumentaram também as capacidades industriais em Moçambique (produção de massa, indústria de peixe, produção de pneus). Graças ao aumento da industrialização, alargaram-se caminhos de ferro e formaram-se novas estradas. Começou a melhorar também a saúde pública e o sistema de educação. Em Joanesburgo foi fundado o instituto económico que estudava as questões económicas do desenvolvimento moçambicano.

No ano de 1965, havia em Moçambique 35 000 soldados coloniais e durante os anos seguintes o número subiu (nos aldeamentos eram colocados 160 000 militares).²⁶ A resistência moçambicana ganhou o apoio mundial e o governo português caiu em isolamento internacional.

No ano de 1968, Marcello Caetano tentava continuar na política de Salazar, mas já naquela altura o exército português em Moçambique gastava 51,9%²⁷ das despesas públicas. FRELIMO, por outro lado, não tinha sucesso nas lutas armadas e ainda por cima nem conseguiu ganhar o apoio dos moçambicanos. FRELIMO enfrentava vários problemas nomeadamente dentro do próprio movimento. Lázaro Khawandam boicotava os congressos do FRELIMO e esforçou-se em convencer Mondlane, para que não aterrorizasse as cidades e não aceitasse opiniões radicais. Khawandam estava convencido que Mondlane não representava valores reais dos moçambicanos, a diferença dele. A luta dentro do FRELIMO sobre o sucessor de Mondlane só aumentou o caos na resistência. Em Fevereiro de 1969, Mondlane foi assassinado e do assassinato foi acusado Khawandam, o chefe dos Macondes. Este tornou-se o líder da corrente de FRELIMO moderada. Apesar da sua inatividade, FRELIMO não perdeu o apoio nem financeiro nem moral.

²⁶ KLÍMA, Jan, *Dějiny Mosambiku*, Nakladatelství Lidové Noviny, Praha, 2010, p. 188

²⁷ Id., *ibid*, p. 188

As dificuldades da guerra nas frentes começaram a cansar os portugueses. O suporte internacional de Moçambique culminava. O nível de vida das classes altas da sociedade moçambicana excedeu o nível de vida miserável em Portugal continental. A grande parte de Moçambique prosperava, a capital pareceu-se às capitais europeias e chegavam lá os últimos colonos brancos. O comité da ONU para a descolonização condenou Portugal por rejeitar reconhecer a independência dos territórios africanos. A guerra perdeu na intensidade. Portugal resolveu continuar na luta de uma maneira mais política do que armada e encarregou o PIDE de infiltrar-se no FRELIMO.

Pouco a pouco, Marcello Caetano permitiu mais competência às autoridades ultramarinas, e assim, entre a numerosa comunidade branca começaram as discussões sobre a autonomia total e independência moçambicana. Os delegados que representaram de elite branca insistiam só na autonomia administrativa e financeiro e pediram a união com Portugal. Em Agosto de 1971 o Moçambique deixou de ser a província portuguesa e no começo de 1972 foi declarado o Estado.

O censo de 1970 demonstrou que de 8 233 834 habitantes de Moçambique eram 7 929 432²⁸ negros. Graças a realização dos programas do desenvolvimento, Moçambique tornou-se o quinto mais desenvolvido país da África. O aumento significativo pode ser observado tanto na agricultura como na indústria, o turismo também aumentou cerca de 11% por ano²⁹. Alargavam-se também redes ferroviárias e rodoviárias. Nas cidades grandes começaram a aparecer arranha-céus que demonstrariam a modernização e urbanização rápida do estilo de vida moçambicano. Substancialmente, os serviços sociais e escolaridade começaram a melhorar, também aumentou o interesse pelos estudos universitários na capital.

Apesar do desenvolvimento rápido havia na sociedade muitos problemas políticos. A tensão política aumentava em toda região da África do Sul. A propaganda do FRELIMO começou a penetrar no interior do país e juntava o objetivo da independência com as ilusões da prosperidade. O número de simpatizantes da resistência aumentava rapidamente também nas regiões que eram controladas pelas autoridades portuguesas.

Em 1974, os portugueses tiveram o exército numeroso em Moçambique (60% do exército era africano³⁰). Em Janeiro de 1974, as tropas de resistência atacaram nos arredores de Vila Pera. E parcialmente paralisaram o transporte ferroviário no norte e centro do país.

²⁸ KLÍMA, Jan, *Dějiny Mosambiku*, Nakladatelství Lidové Noviny, Praha, 2010, p. 198

²⁹ Id., *ibid*, p. 198

³⁰ Id., *ibid*, p. 199

Jorge Jardim propôs a declaração imediata da independência de Moçambique, mas Marcello Caetano rejeitou-a. Pouco depois, em Portugal houve a Revolução de 25 de Abril de 1974, e o regime salazarista e pós-salazarista caiu. As notícias sobre a situação em Portugal alarmaram os líderes em Moçambique, porque ninguém sabia o que iria acontecer. FRELIMO continuava com a luta armada contra MFA para reforçar a sua posição na negociação sobre a independência moçambicana. Ao fim de Julho de 1974, MFA combinou com FRELIMO o cessar-fogo oficial e apesar de Lisboa se recusar à e reconhecer a independência moçambicana, o FRELIMO começou com a criação de rede do poder popular que deveria garantir-lhe o poder absoluto.

No dia de 7 de Setembro de 1974 foram firmados Os Acordos de Lusaca entre o Estado Português e FRELIMO e o Estado Português reconheceu formalmente o direito do povo moçambicano à independência. No dia de 25 de Abril de 1975 foi declarada em Lourenço Marques a independência total de Moçambique, transformando-se assim na República Popular de Moçambique.

2.6.Os primeiros anos depois da Guerra de Independência

Uma das primeiras ações do governo foi estabelecer um Estado unipartidário baseado em princípios marxistas. Pouco após a independência (1976), o país foi devastado pela guerra civil entre forças de RENAMO e o regime marxista de FRELIMO. Este conflito, junto com o envolvimento do governo com movimentos guerrilheiros em países vizinhos (por exemplo Rodésia), resultou nas dificuldades económicas. Durante os primeiros meses depois da Guerra de Independência começou o período da política de FRELIMO de “anti-privatização”. Essa política tentava eliminar a maior parte das empresas privadas e congelava as suas contas bancárias. Pouco depois da independência conseguida, o sistema judicial, a medicina, a educação, etc. foram nacionalizados. Nos primeiros cinco anos depois da independência nacional, FRELIMO conseguia os progressos significativos na educação, saúde e habitação, apesar de ter assumido a economia em bancarrota. O governo começou com a expansão dos cuidados primários de saúde às zonas rurais. Em 1981, a Organização Mundial de Saúde (OMS) proclamou o sistema de cuidados de saúde como modelo para os países de terceiro mundo.

No seu congresso em 1977, FRELIMO transformou-se de FRELIMO em “partido de vanguarda marxista-leninista”. FRELIMO era a força dirigente da sociedade e do Estado e deveria guiar e mobilizar as massas de que se construísse uma democracia popular.³¹ O partido

³¹ DIAS FERNANDES, Carlos Manuel, *Dinâmicas de pesquisa em ciências sociais no Moçambique pós – independente: o caso do centro de estudos africanos, 1975-1990*, Universidade Federal de Bahia, Faculdade de

trabalhava constantemente para que poderia entrar e controlar todos os sectores de sociedade. Em 1978 começaram a formar-se os “grupos dinamizadores”. Estes grupos eram as organizações de base da sociedade, mas de facto eram células do partido de FRELIMO. Encontravam-se nas universidades, nas escolas, nas fábricas, nos ministérios, etc. O seu objetivo era “de garantir a implementação das orientações da FRELIMO, como também de romper com os métodos de trabalho do Estado colonial capitalista.”³²

No sector económico, podia observar-se a fuga enorme depois da partida dos portugueses a partir do fim do período salazarista em 1974. Essa fuga levou ao colapso dos sectores vitais de economia. O colapso podia observar-se no comércio, na produção de culturas alimentares e na rede de distribuição rural. Por isso, as plantações e fábricas fecharam. “Entre 1974 e 1976, a produção de colheitas para exportação diminuiu em 40%, o milho cultivado pelos camponeses em 20%, a mandioca em 61% e a produção agrícola dos colonos (produtos hortícolas e alimentares para abastecimento das cidades) em 50%. No mesmo período, a produção industrial baixou em 36%”³³. Essa situação forçou ao Estado ocupar as empresas abandonadas. Assim, FRELIMO criou um sector estatal muito mais grande como primeiro tinha imaginado. O colapso do mercado afetou a produção do campesinato. O estado começou a privilegiar as “machambas” estatais. “Para a FRELIMO, o sector moderno da agricultura era visto através do incremento das machambas estatais em oposição ao sector familiar”³⁴.

Estes fatores ajudaram ao processo de migração para as cidades. Migraram os trabalhadores desempregados do sector agrícola e das minas sul-africanas. O governo tentou ter o controle da crise e criou a Comissão Nacional de Abastecimentos. Assim, foi introduzido um sistema de controle de preços.

Durante a guerra civil, o conflito agravou quando o governo cortou gastos em assistência médica. Essa guerra foi marcada pelas violações dos direitos humanos cometidas tanto por FRELIMO como RENAMO. O governo executava pessoas para que pudesse

Filosofia e Ciências Humanas, Programa multidisciplinar de pós-graduação em estudos étnicos e africanos, Salvador, 2011, p. 74

³² DIAS FERNANDES, Carlos Manuel, *Dinâmicas de pesquisa em ciências sociais no Moçambique pós – independente: o caso do centro de estudos africanos, 1975-1990*, Universidade Federal de Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa multidisciplinar de pós-graduação em estudos étnicos e africanos, Salvador, 2011, p. 74

³³ Teresa Maria da Criz e Silva, Moçambique: um perfil, acessado de: <https://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>

³⁴ DIAS FERNANDES, Carlos Manuel, *Dinâmicas de pesquisa em ciências sociais no Moçambique pós – independente: o caso do centro de estudos africanos, 1975-1990*, Universidade Federal de Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa multidisciplinar de pós-graduação em estudos étnicos e africanos, Salvador, 2011, p. 75

assegurar o seu controle por todo o país. Também mandava pessoas aos campos de reeducação, onde morreram milhares deles.

A cerca da independência, pesquisador Calton Cadeado escreveu no artigo:

“não se pode dizer que um país está independente quando não consegue alimentar o seu povo. A independência de um povo mede-se, primeiro, na qualidade e capacidade do Estado garantir comida para a sua população. (...) Enquanto não houver isso, o país vai ter muitos problemas de se considerar independente e, por essa via, sofre muitas pressões.”³⁵

FRELIMO rejeitou a negociar com o RENAMO e reclamou a soberania sobre todo o território do país. A guerra civil afetou principalmente as zonas rurais. Aqui foram destruídas escolas, hospitais e infraestruturas económicas. Estima-se que um milhão dos moçambicanos morreu durante essa guerra civil. Também se estima que aproximadamente 1,7 milhão dos moçambicanos buscava o refúgio em países vizinhos e pelo menos 3 milhões foram deslocados das suas zonas de origem.³⁶

2.7. Relação entre a sociedade colonial e colonizada em Moçambique

Nas colónias podíamos distinguir as duas sociedades distintas – a sociedade colonial e a sociedade colonizada. Estas sociedades tiveram uma ligação entre si. As sociedades “não eram realidades económicas, sociais e culturais estanques.”³⁷ Entre ambas sociedades podia-se observar uma gama de elementos de contacto e de interdependência. Sobretudo, como uma ponte entre o mundo dos colonizadores e o mundo dos colonizados funcionava o conjunto de estratos inter-médios.

A relação entre estes dois mundos descreveu Pimenta assim: “A situação colonial correspondia ao conjunto de realidades económicas, sociais, culturais e políticas coexistentes no espaço colonial, na medida em que abrangia quer a sociedade colonial criada pelos colonizadores europeus, quer as sociedades colonizadas constituídas pelas populações autóctones. A sociedade colonial era o produto directo da colonização europeia e o seu núcleo duro era formado por colonos, missionários, militares, funcionários e administradores coloniais europeus.”³⁸ Ao contrário, as sociedades colonizadas representavam os povos colonizados

³⁵ Calton Cadeado do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais em Maputo em artigo *45 anos de (in)dependência: Dos novos opressores à necessidade de reformas* de www.dw.com de 24 de Junho de 2020

³⁶ CRUZ E SILVA, Teresa Maria de, “Moçambique, um perfil,” Acedido em 19 de Maio de 2021, em: <https://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>

³⁷ PIMENTA, Fernando Tavares, *Perspectivas da historiografia Colonial Portuguesa (Século XX)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Julho 2010, p. 152

³⁸ Id., *ibid.*, p. 152

diferentes. Cada uma destas sociedades tinha próprias histórias, línguas, hábitos y tradições, mas todas eram sob a dominação colonial europeia.

Nos muitos casos podiam-se observar as transições de uma sociedade para a outra, por exemplo, quando os africanos abandonam as suas sociedades de origem e mudam-se para as cidades fundadas pelos europeus. Nestas cidades instalaram-se e pouco a pouco começaram a adotar a sua língua, religião, costumes, hábitos, comidas, etc. E assim, tornaram-se “europeus”. Estes africanos que adotaram as ideias europeias, começaram a ser assinalados como “africanos assimilados”. Como não tinham a cidadania portuguesa, muitas vezes eram vítimas de racismo e de discriminação.

É claro, que os africanos não eram únicos que se transformaram desde uma sociedade a outra. Também um número significativo dos brancos “se africanizava” e abandonava o modo de vida europeu. Este grupo de brancos eram assinalados como “cafrealizados”. Moravam com as suas mulheres e famílias negras nas senzalas³⁹. Como os africanos que adotaram o modo de vida europeia, os brancos adotaram os costumes e modos de vida africanos.

Essas transformações entre as sociedades mostram que apesar de que as sociedades estiveram politicamente subordinadas ao poder europeu, tinham capacidade de atracção social entre si.

³⁹ senzala – conjunto de alojamentos destinados aos escravos de uma fazenda ou casa senhorial

3. A partida do Moçambique

Portugal foi uma das primeiras potências europeias a construir um império além-mar, mas foi a última a encetar um processo de descolonização. Depois do golpe militar de 1974, as colónias e possessões portuguesas encaminhavam-se para independência. No período das guerras coloniais, as perdas sofridas tinham feito a opinião pública inclinar-se para um processo de descolonização rápida. A Revolução dos Cravos abriu o caminho para a negociação da retirada. A maioria dos portugueses desejou que isso fosse efetuado o mais depressa possível como eles não tiveram muita escolha. Com a forte mobilização anticolonial a única alternativa era uma descolonização rápida.⁴⁰

Entre 500 000 e 800 000 colonos descolonizaram de África, mas nem todos os colonos, que eram de origem europeia, partiram da África a Portugal. A maioria deles, claro que sim, partiu para Portugal, mas uma parte deles partiu para os países terceiros como a Rodésia, a África do Sul, o Brasil, a Argentina, o Canadá ou os Estados Unidos da América.

Tanto como os meios de transporte como as rotas utilizadas variaram entre os anos 1974 e 1979. Entre Maio de 1974 e Maio de 1975 viajaram de Angola 132 000 pessoas que foram transportadas por voos. Durante os seguintes meses os voos transportaram cerca de 250 000 pessoas (metade dos 500 000 portugueses que chegaram a Portugal durante o processo da descolonização.)⁴¹ A ponte aérea alcançou o pico durante o Verão e Outono de 1975 na movimentação populacional. Isso foi efetuado pela guerra civil em Angola. As perturbações graduais da ordem civil, violência generalizada e um pânico nas comunidades culminou na grande descolonização do país. Nesse período dos cinco meses, cerca de 260 000 pessoas partiram de Angola a Lisboa por via aérea que foi quase 2 000 indivíduos por dia. Essas chegadas marcaram esse período como “a emigração dos retornados”

Com a partida de Moçambique, as pessoas iam para uma nova realidade. Para os retornados isso significava deixar as suas casas, as suas famílias, todas as suas relações e posições sociais. A maioria dos colonos chegou a Portugal quase sem nada, alguns só com a roupa que tinham vestido.

⁴⁰ KALTER, Christoph. “Gente pós-colonial: quem eram os retornados?” In *Retornar. Traços de memória do fim do império*. (Lisboa: Edições 70), 2017. p. 103

⁴¹ RATO, Vanessa, “O mistério das estátuas de jade e outras incógnitas,” (22 de Março de 2020). Acedido em 3 de Fevereiro de 2021, em: https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2020/10/06192622/VRato_PublicoVII_20200322_web.pdf

A gente sentia ansiedade, o medo de partir do conhecido e às vezes, de partir sozinhos. A maioria dos retornados já teve alguns membros familiares em Portugal e junto com o medo e ansiedade de partir, tinham ganas de passar uma aventura e o desejo de se reencontrarem com as suas famílias que tinham em Portugal. Isso confirma que importância tiveram as migrações deste tipo nesta época.

3.1.1. A cidadania e a lei da nacionalidade de Junho de 1975

No dia 24 de Junho de 1975 mudou a lei de nacionalidade portuguesa. Antes dessa data os portugueses eram todos os que viviam nos territórios portugueses (metrópole, territórios ultramarinos), mas essa lei estipulou que a gente dos territórios ultramarinos deixa de ter a nacionalidade portuguesa depois a descolonização. “A manutenção da nacionalidade portuguesa era permitida para um grupo reduzido de pessoas das ex-colónias”⁴² – para as pessoas que nasceram em Portugal continental ou nas ilhas adjacentes e para aquelas que tiveram alguma relação próxima com o país (laços familiares ou residência superior a cinco anos). Essa lei deveria servir como uma restrição para que não tivessem chegado mais pessoas e para que o país pudesse manter a sua estabilização. O país fez essa restrição para que não pudessem chegar a Portugal os soldados africanos alistados no exército português. Portugal não queria seguir o exemplo de Grã-Bretanha, onde após a independência da Índia Londres tornou-se a capital mais indiana. O país de Portugal queria impedir que a Lisboa se tornara a mais africana de todas as capitais europeias. Essa lei aponta o racismo sentido pelos portugueses e o seu medo da chegada maior das pessoas de cor preta. O primeiro-ministro expressou a preocupação pelo fato da chegada das muitas pessoas de cor preta. Mas na verdade muitos dos cidadãos portugueses não eram brancos, sendo que a lei realmente não se baseava na raça.⁴³

As pessoas que nasceram em Portugal continental e podiam conservar a sua nacionalidade portuguesa segundo o Artigo 1º - 1 eram seguintes:

- “a) Os nascidos em Portugal continental e nas ilhas adjacentes;*
- b) Até à independência do respectivo território, os nascidos em território ultramarino ainda sob administração portuguesa;*
- c) Os nacionalizados;*

⁴² KALTER, Christoph. “Gente pós-colonial: quem eram os retornados?” In *Retornar. Traços de memória do fim do império*. (Lisboa: Edições 70), 2017. p. 108

⁴³ Id., *ibid*, p. 111

d) Os nascidos no estrangeiro de pai ou mãe nascidos em Portugal ou nas ilhas adjacentes ou de naturalizados, assim como, até à independência do respectivo território, aqueles cujo pai ou mãe tenham nascido em território ultramarino ainda sob administração portuguesa;

e) Os nascidos no antigo Estado da Índia que declarem querer conservar a nacionalidade portuguesa;

f) A mulher casada com, ou viúva ou divorciada de, português dos referidos nas alíneas anteriores e os filhos menores deste.”⁴⁴

As pessoas que podiam conservar igualmente a sua nacionalidade portuguesa segundo o Artigo 2º - 1 eram seguintes:

a) Os nascidos em território ultramarino tornado independente que estivessem domiciliados em Portugal continental ou nas ilhas adjacentes há mais de cinco anos em 25 de Abril de 1974;

b) A mulher e os filhos menores dos indivíduos referidos na alínea anterior.⁴⁵

Segundo o Artigo 4º “Perdem a nacionalidade portuguesa os indivíduos nascidos ou domiciliados em território ultramarino tornado Independente que não sejam abrangidos pelas disposições anteriores.”

3.1.2. A chegada dos colonos

Graças às reportagens, notícias e imagens numerosas podemos observar que os retornados estiveram a dormir em bancos ou no chão, à espera da chegada das bagagens ou de transporte para casa de familiares ou para um alojamento a expensas do estado com o estatuto de vítima. Essas imagens criam a impressão de emergência e de caos imprevisível, mas o que não mostram é o esforço dos migrantes de agir, o contexto em que eles decidiram partir, as suas histórias e experiências.⁴⁶

Uma grande migração como essa apresentou um desafio sem precedentes tanto para os migrantes e a população residente como para o estado, o país e as organizações não-governamentais que ajudavam com a instalação/reinstalação dos retornados. Das organizações a mais importante e destacada era a organização da Cruz Vermelha Portuguesa. É claro, que o evento deste tamanho foi muito abrupto e difícil para o país. Portugal era o país bastante pobre e não tinha nenhuma experiência prévia de imigração maciça. A maior parte dos retornados chegou a Portugal durante um período curto e na época de instabilidade económica. Tudo isso

⁴⁴ KALTER, Christoph. “Gente pós-colonial: quem eram os retornados?” In *Retornar. Traços de memória do fim do império*. (Lisboa: Edições 70), 2017. p. 109

⁴⁵ Id., *ibid*, p. 110

⁴⁶ Id., *ibid*, p. 105

agravou os problemas existentes de país, os problemas na sequência da crise do petróleo e do golpe militar do 25 de Abril.

Podemos observar que desde o ano 1945 até à década de 70, entre cinco e sete milhões de pessoas regressaram aos seus países de origem das colónias da Ásia e África – das colónias que se tinham tornado independentes. Se observamos o resto da Europa no tempo pós Segunda Guerra Mundial, encontramos que o desafio do acolhimento dos retornados não foi algo extraordinário. Ao contrário era muito semelhante às anteriores migrações do mesmo género com o destino em Itália, Holanda, Bélgica e França. A situação da migração não era nada de extraordinário. Naquele tempo Portugal teve a população de menos de dez milhões pessoas e era preciso de acolher mais que 500 000 retornados. Esse número era maior de todas as migrações com origem na descolonização e também era a última migração de tamanho tao significativa.

4. Problemática dos retornados

4.1. Sobre o termo “retornados”

Os *retornados* são o grupo dos cidadãos portugueses que depois de Descolonização portuguesa de África e da respetiva independência das colónias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe – tiveram de voltar para Portugal. Os *retornados* são “*todos indivíduos que, tendo nascido em Portugal, construíram as suas vidas nas colónias portuguesas e foram obrigados a regressar após a sua independência*”⁴⁷. Neste grupo social também pertence a segunda geração de retornados, ou seja: “*os filhos da primeira geração que, tendo nascido em África, regressaram a Portugal com os seus pais, sendo ainda crianças ou adolescentes.*”⁴⁸

A maioria dos retornados dirigiu-se às zonas familiares ou da sua origem. Os retornados, que não tiveram nenhum lugar para onde possam ir, foram instalados em edifícios estatais – edifícios militares, parques de campismo, etc. – ou pensões e hotéis. As expensas eram pagas por Estado.

“Em primeiro lugar, trata-se de um termo jurídico que define um grupo de pessoas e regula os seus direitos. Um decreto-lei de marco de 1975 deu origem ao IARN⁴⁹, estabelecendo o conceito de <retorno> através da denominação da instituição que criava.”⁵⁰ O termo define os retornados como cidadãos portugueses que chegaram a Portugal das ex-colónias africanas, a partir de 1 de Setembro de 1974, e que tiveram aí a residência permanente antes dessa data. Também tiveram direito a ajudas estatais após a sua chegada a Portugal.

Esse novo termo surge nos discursos políticos, aparece nos jornais e entra na fala cotidiana na década de 70. Esse termo foi, porém, considerado controverso, porque os portugueses continentais não consideravam “os retornados” como portugueses, porque moravam e nasceram nas colónias, assim, para eles não eram portugueses.

O termo tinha a conotação também racial, os retornados eram associados com a população branca de África. A palavra *retornados* implica que as pessoas num período partiram de Portugal e depois regressaram a Portugal. Isso tem muita importância na compreensão correta do significado do termo. Temos de ter em conta o uso correto desta palavra e não a

⁴⁷ PINTO SOFIA, Cláudia, FARIA, Susana, *Retornados – identidades de um grupo (in)conformado*, Seminário de Investigação em Sociologia da Cultura, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Setembro de 1996, p. 4

⁴⁸ Id., *ibid*, p. 4

⁴⁹ IARN – Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais

⁵⁰ KALTER, Christoph. “Gente pós-colonial: quem eram os retornados?” In *Retornar. Traços de memória do fim do império*. (Lisboa: Edições 70), 2017. p. 108, 111

confundir com, por exemplo, com a palavra *assimilado* que significa “ser integrado na comunidade”.

Muitas vezes o termo era usado de modo pejorativo e tornou-se em uma marca/cicatriz. Os portugueses de Portugal continental viam os retornados como as pessoas de concorrentes, dado que, os mercados de habitação e de trabalho eram escassos, os portugueses pensavam que os retornados iam roubar os seus postos. A maioria dos portugueses sentia indignação pelos retornados, porquanto, eles tinham: “direito a apoios especiais concedidos pelo governo para a respetiva integração”.⁵¹ Muitos portugueses também culpavam os retornados pelas guerras coloniais nas quais tinham lutado eles próprios ou os seus filhos e netos e que tinham sido obrigados lutar pelos direitos dos colonos, arriscar as suas vidas ou morrer.

Os retornados serviam como o bode expiatório conveniente para o colonialismo. Para os portugueses, os retornados, não foram associados a um espaço colonial só em termos políticos, mas também ao sentido cultural. Os portugueses não aceitavam o seu modo de vestir, que para eles era muito colorido e pouco decoroso e acusavam-lhes da prostituição e a divulgação das drogas.

Atualmente essa palavra mostra um grupo das pessoas como uma complexa comunidade nacional pós-colonial que tem em comum “a experiência do retorno”.

4.2. “Retornados” ou “refugiados”?

Alguns periódicos e algumas pessoas argumentavam que o uso do termo “retornado” não é correto, porque alguns dos migrantes nasceram nas colónias então não podiam “retornar-se” a Portugal. Mas o que todos os migrantes tinham em comum era que tiveram de partir contra a sua vontade e foram obrigados a deixar o lugar onde tinham morado. Como alternativa, começa a aparecer o termo “refugiado” ligado com a tema da descolonização. Como todos os migrantes eram vítimas de uma migração forçada e traumatizante.

Tudo isso teve sentido, mas os media, partidos políticos, portugueses e também estrangeiros usavam estes termos discriminadamente. Esse uso, segundo o direito internacional aceito pelo governo português, não era correta. Pela esta referência “entendeu-se que esses migrantes não atravessaram uma fronteira internacional, mas movimentavam-se dentro de um

KALTER, Christoph. “Gente pós-colonial: quem eram os retornados?” In *Retornar. Traços de memória do fim do império*. (Lisboa: Edições 70), 2017. p.113

espaço imperial em declínio como cidadãos do país de destino e, portanto, não podiam ser considerados refugiados em termos da Convenção dos Refugiados de 1951.”⁵²

4.3. Os retornados nos estudos sociográficos

Nos meses imediatamente posteriores às independências das ex-colónias, chegaram a Portugal 471 427 indivíduos de nacionalidade originalmente portuguesa. A maioria dos retornados chegaram de Angola (290 504, ou seja, 61%), mais de três quartos dos menores de quinze anos e uma metade das pessoas com idades entre os quinze e os trinta e nove anos eram naturais das ex-colónias e quase 63% era nascida originalmente em Portugal continental e não nas ex-colónias. Maioria das pessoas nascidas em Portugal era natural de Lisboa e Porto. O segundo grupo maior dos retornados chegou de Moçambique (158 945, ou seja, 34%), e apenas 21 978, ou seja, 5% de Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Sabemos que a maioria dos retornados era originalmente nascida em Portugal. A maior parte dos emigrantes portugueses partiram para África depois da Segunda Guerra Mundial. Esses emigrantes chegavam a África dos lugares urbanos como Lisboa, Porto e Viseu, mas também de regiões rurais mais pobres do país. “No que concerne à origem dos “retornados” nascidos em Portugal, 32% eram naturais do norte do país, 36% do centro, 20% da região de Lisboa, 9% do Sul, e 4% das Ilhas.”⁵³

Mais de metade dos retornados originalmente nascidos na metrópole ou nas regiões Centro e Norte de Portugal voltou para os seus distritos de naturalidade.⁵⁴ Nestas regiões pode-se observar o aumento da população. Os outros retornados instalaram-se nos diferentes distritos, onde a percentagem dos retornados era mais baixa. Os retornados em geral preferiam instalar-se mais nos centros urbanos que nas localidades rurais.

O grupo dos retornados não é um grupo homogéneo, pelo contrário, é diverso a vários níveis. Os retornados diferenciaram-se da população residente em vários fatores. Os retornados tiveram o nível de escolaridade superior à maioria da população residente na metrópole.⁵⁵ O fator de que os retornados estiveram bastante mais jovens que a população residente auxiliou influenciou positivamente a evolução demográfica de país caracterizado por

⁵² KALTER, Christoph. “Gente pós-colonial: quem eram os retornados?” In *Retornar. Traços de memória do fim do império*. (Lisboa: Edições 70), 2017., p. 114

⁵³ MACHADO, Bruno, *Os filhos dos “retornados”: a experiência africana e a criação de memórias, pós-memórias e representações na pós-colonialidade*, Mestrado em População Sociedade e Território, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, 2011

⁵⁴ KALTER, Christoph. “Gente pós-colonial: quem eram os retornados?” In *Retornar. Traços de memória do fim do império*. (Lisboa: Edições 70), 2017. p. 105

⁵⁵ Id., *ibid*, p. 106

uma população envelhecida. O grupo dos retornados diferenciava-se também na cor de pele. A maioria dos retornados eram brancos, mas também uma parte significativa negros, mestiços e também indianos (hindus, católicos e muçulmanos). O grupo dos retornados divergiu-se em “o estatuto socioeconómico e o grau de escolaridade; diferenciavam-se também quanto à colónia de que regressavam e ao tempo que aí tinham vivido, quanto às modalidades do seu regresso e ao momento em que <retornaram>, as redes familiares e sociais nas quais podiam encontrar apoio em Portugal (ou a inexistência dessas redes), as opções políticas, a idade, o sexo e a etnia.”⁵⁶

4.4. Estrutura demográfica

Acerca de estrutura demográfica da população retornada vemos que contrasta com a população portuguesa na década de 70. População portuguesa foi mostrada como envelhecida – com baixa percentagem de homens a ativos jovens. Ao contrário a população retornada foi mostrada com um forte número de jovens ativos, de mulheres nos anos fecundos e com baixa percentagem da gente velha. À respeito dos números, 64% da população retornada que voltou ao Portugal continental tinha menos de 40 anos de idade. A chegada dos retornados teve grande impacto no rejuvenescimento da população portuguesa. Tudo isso foi responsável por cerca de metade (43%) de aumento populacional (cerca de um milhão de indivíduos) entre 1970 e 1981.

A isso ajudou a grande emigração para as ex-colónias na década 70.

4.5. Escolaridade

Quanto às qualificações escolares, é importante acentuar as diferenças entre a população residente em Portugal e a população retornada. Dos dados podemos deduzir que a população retornada representou só 6% dos analfabetos em Portugal, em comparação a população residente que representou cerca de 30% dos analfabetos. Também, entre a população retornada cerca de 5% deles terminaram um curso superior, em comparação a população residente, onde só 2% deles acabaram o mesmo nível de educação.

Então, podemos observar que “Este último aspecto reflecte-se, de forma cabal, nos aspectos respeitantes às estruturas socioprofissionais no território nacional, nomeadamente as percentagens relativas à participação em cargos como dirigentes e quadros superiores tanto da administração pública como das atividades privadas (10%).”⁵⁷ Assim que observa-se grande

⁵⁶ KALTER, Christoph. “Gente pós-colonial: quem eram os retornados?” In *Retornar. Traços de memória do fim do império*. (Lisboa: Edições 70), 2017., p. 106

⁵⁷ MACHADO, Bruno, *Os filhos dos “retornados”: a experiência africana e a criação de memórias, pós-memórias e representações na pós-colonialidade*, Mestrado em População Sociedade e Território, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, 2011, p.73

presença da população retornada nos grupos com recursos técnicos, económicos e não nos grupos subordinados.

Às vezes, os retornados (de maioria, a segunda geração) chegaram durante o ano letivo. Isso trazia dificuldades para a segunda geração. Todo era diferente – os professores, os colegas, forma do ensino, etc. Para mais fácil e rápida integração, este grupo passou tempo com os outros jovens também das ex-colónias, por exemplo, fizeram desporto juntos e isso funcionou como um apoio para a melhor adaptação desta geração. Hoje esta geração já terminou os estudos, trabalha e forma famílias novas.

4.6. O trabalho

No ano 1981, o Censo revelou que a população retornada mostrava qualificações acima de média. Em consequência disso, acelerou-se o crescimento económico. Com a chegada de retornados e a sua sobrequalificação podia registar-se: o aumento de mão-de-obra qualificada em certos sectores e em certas regiões de Portugal e maior facilidade de integração dos retornados no mercado de trabalho com novas exigências geradas pelo 25 de Abril. Os retornados eram qualificados em cursos superiores, onde predominavam os formados em tecnologia, ciências agropecuárias e engenharia. Estas áreas eram diretamente ligadas às atividades económicas que predominavam nesta época. À respeito das profissões em que é mais elevada a proporção dos retornados, distinguem-se os biólogos, os agrónomos, os especialistas em ciências físico-químicas, os professores de ensino primário, secundário e superior e os empregados de banca e seguros. Ao contrário, as profissões de agricultura, de artesanato e outras profissões menos qualificadas são aquelas em que não se notava maior presença de retornados.

Como eles tiveram de começar tudo de novo, foram sem dinheiro e com pouca ajuda, o único meio através do qual podiam conseguir melhor vida foi o trabalho.

Alzira Melo, a retornada de Moçambique, descreve a sua experiência de trabalho e o atraso técnico em Portugal assim:

“Em agosto de 1977 fui finalmente chamada para ir trabalhar para o Crédito Predial. Quando cheguei, fui apresentada a todos os meus colegas. A minha chefe apresentou-me e, a cada colega, em todos os departamentos disse: “A Alzira vem trabalhar connosco, mas eu não concordo, porque ela é retornada.” Quando comecei a trabalhar no banco descobri que a técnica bancária estava muito atrasada. Portugal era um país muito mais atrasado do que alguma vez tinha imaginado. No banco dei-me verdadeiramente conta disso, porque em Moçambique nós

já tínhamos o trabalho automatizado, mas em Portugal fazia-se ainda tudo manualmente, e tudo era muito burocratizado. Nesses dias sentia-se muito a diferença entre os portugueses de África e os de Portugal. Nós tínhamos um melhor grau de formação, tínhamos mais estudos, éramos diferentes.”⁵⁸

4.7.O retorno a Portugal

Moçambique tornou-se num país onde a vida passou a ser muito difícil. É certo que a mudança de Moçambique foi para todos inevitável. O retorno a Portugal foi o momento mais difícil das suas vidas, tanto para os que retornaram ao seu país de origem, como para os que vieram a Portugal pela primeira vez. É claro que a viagem para Portugal não foi fácil e que as pessoas passavam momentos de pânico e incerteza.

Algumas pessoas vieram a Portugal com o objetivo de regressar algum dia a Moçambique. Para essas pessoas, a integração foi mais difícil, por que eles deixaram todos os seus bens materiais em Moçambique e foram obrigados a começar tudo de novo e tentar esquecer a sua vida anterior.

A chegada a Portugal, para alguns dos retornados, significava o fim de um período privilegiado e o início de um período cheio de dificuldades e obstáculos. Para algumas pessoas o retorno foi ultrapassado, mas outras pessoas ainda hoje sofrem as consequências desse retorno inesperado. A idade criou dificuldades para alguns também. A gente com quarenta ou cinquenta anos teve problemas de começar tudo de novo.

Dado que, os retornados chegaram para Portugal em massa e foi necessário acomodar-lhes, formou-se uma aversão por parte dos residentes. Esta aversão inicial transformou-se em discriminação e as acusações diretas dos retornados. Para os residentes de Portugal, ser o retornado foi uma característica de inferioridade e vergonha. Os colonos viam-se a si mesmos como diferentes. Sabiam que eram uma minoria vulnerável que morava no âmbito da sociedade racista. Os retornados, quando moravam nas colónias relacionavam-se entre si e agora moravam na sociedade muito conservadora que foi marcada pelas diferenças entre as classes sociais. Moravam no país com uma cultura de obediência à autoridade e machismo básico. Os retornados consideravam-se mais liberais e modernos que os portugueses continentais, porque nas colónias as hierarquias eram niveladas, o trabalho era menos patriarcal e as crianças tiveram mais liberdade relacionado à autoridade dos pais. Por tudo isso, os

⁵⁸ MURTINHEIRA, Alcides: *Quatrocentos anos depois, que viagens?*, Centro da Língua / Camões – Viena, Universidade de Bratislava, 17 de outubro de 2014

retornados sentiam-se muito decepcionados com a vida no seu novo país. Com o choque cultural tão grave, a descolonização desenvolvia em conflitos entre cidadãos de uma mesma nação – entre os migrantes e os residentes.

4.8.O retorno a Portugal da segunda geração

O retorno a Portugal interveio também nas vidas da segunda geração dos retornados. A segunda geração dos retornados podemos dividi-la em dois grupos. O primeiro grupo e a maioria dos retornados da segunda geração eram menores de 20 anos. Isso significa que eram naturais das colónias. Então, no tempo da descolonização, não podiam perceber que realmente passava neste período da sua vida, porque eram muito jovens. O segundo grupo é o resto dos retornados da segunda geração. Eles eram no início da sua juventude, assim têm mais lembranças. Para esse grupo o retorno foi o momento muito difícil e traumático e as suas descrições parecem-se aos dos seus pais.

Atualmente, a segunda geração dos retornados, que não lembra muito do retorno fala sobre este grave cambio da sua vida com distanciamento e frialdade. Falam mais geralmente e com menos emoção, tanto da descolonização como da independência de Moçambique. O seu ponto de vista é influenciado pelos seus pais – só sabem e conhecem o ponto de vista dos seus pais. Os pais muitas vezes tiveram nas suas casas algumas lembranças da África – fotografias, artefactos – que também serviam como umas memórias que diziam aos seus filhos.

Temos de ter em consideração a importância destas memórias, artefactos ou fotografias. Muitas vezes as memórias cambiam quando estão transmitidas pelas pessoas, mas o sentido, o núcleo permanece mesmo. A única relação da segunda geração com África era pela educação dos seus pais e estes ou ocultaram ou omitiam os detalhes trágicos.

A segunda geração dos “retornados” mais tarde foi designada como “portugueses de segunda”. Na segunda geração podemos observar o determinismo do seu ambiente em que viveram – eram influenciados pelos seus pais. Isso tem muita razão, porque eles moravam nos lugares que eram construídos para que parecessem aos lugares do exílio, nas conversas ouviam só as memórias seletivas do seu passado vivido. “Os filhos dos “retornados” cresceram em verdadeiros lugares de memória, rodeados por máscaras africanas, pelos cheiros dos pratos a

partir dos quais os pais procuram anular a saudade, pela música, pelas expressões de um passado que se torna familiar através da sua recriação.”⁵⁹

Por outro lado, temos o grupo dos “filhos dos retornados” que não ouviam nos seus lares grandes e monumentais memórias das vidas dos seus pais. Porquanto os seus pais não falavam memórias assim, os filhos sentiam a obrigação de buscar a verdade no seu passado africano. Para este grupo, o silêncio significou a previsão da verdade real – a história trágica.

“Para os filhos dos “retornados”, a África do presente, as ex-colónias portuguesas, passaram por um processo de descolonização que, mais do que um episódio histórico, esteve presente, muitas vezes de forma central, em muitos dos relatos que integraram o seu quotidiano, como parte das memórias presentes nos seus lares.”⁶⁰ Quanto às condições das ex-colónias relacionadas à económica e política surgem na sua opinião só como um resultado de um processo politizado com dois lados: um que afetou realmente as suas próprias vidas familiares e um que deixou marcas negativas nos ex-territórios outrora sob o domínio português.⁶¹

Esta geração da população retornada, mora no país que celebra o Império perdido e a liberdade conquistada no dia 25 de Abril de 1974. Assim que, os filhos dos “retornados” têm uma visão crítica sobre este grande vitoria da história recente de Portugal. Para os “portugueses”, esse dia representa a libertação do regime ditatorial, da opressão, mas os filhos dos “retornados”, esse dia marca o ponto de rutura na vida familiar africana e o sentimento de perda. Esse dia para eles não representa a liberdade, porque, dos contos e memórias que ouviam, têm a noção da vida em África – da emancipação, de aventura, das amizades e nada de opressão como era na metrópole.

Podemos dizer que a segunda geração dos retornados (os filhos) representa a quotidianidade africana, respeito às palavras dos seus pais – as comunidades idealizadas brancas não cerradas aos negros, a convivência e a amizade entre os vizinhos.

Ao contrário da primeira geração dos retornados, a segunda geração relacionava-se mais entre os membros deste grupo social. Os moçambicanos não se relacionavam da mesma maneira com, por exemplo, os angolanos. Os moçambicanos distanciaram-se do modo de vida dos angolanos, mas não se distanciaram da amizade com eles. Os moçambicanos tinham a

⁵⁹ MACHADO, Bruno, *Os filhos dos “retornados”: a experiência africana e a criação de memórias, pós-memórias e representações na pós-colonialidade*, Mestrado em População Sociedade e Território, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, 2011, p. 109

⁶⁰ Id., *ibid*, p. 88

⁶¹ Id., *ibid*, p. 88

inclinação em encontrar-se só no seu grupo dos retornados de Moçambique. Organizavam várias associações para que pudessem (re)estabelecer o contacto entre os “retornados” que moravam nas mesmas vilas, cidades ou regiões. Encontravam-se nas casas próprias onde jantavam juntos a comida africana que cozinhavam e reuniam-se com amigos que partilham vínculos africanos. Assim reforçaram os contatos entre si e as experiências africanas.

“Pelos histórias que tenho ouvido contar acho que as pessoas conviviam muito e eram todas como se fossem da mesma família. Eram muito unidos.”⁶²

Os retornados da segunda geração que realmente viveram nas colónias revelavam como eram percecionados pelos “portugueses” de Portugal continental.

Dentro das comunidades podemos encontrar o grupo das pessoas, que realmente não pertencia à segunda geração. Esse grupo não teve os pais que tinham experienciado os eventos da descolonização, mas tiveram alguns familiares que tinham retornado deste país, por exemplo os tios. Então, esse grupo não sentia nenhuma relação pessoal com África. Os familiares falavam sobre o seu passado, sobre a passagem dos portugueses por África e sobre a sua saída rápida. Esse grupo começou a entender a realidade de novo ponto de vista. A África já não foi representada como paradisíaca e começou a ser criticado o processo de descolonização.

“O “passado quebrado”, (...), constitui um dos “laços” entre gerações, uma vivência que é interrompida por uma descolonização abrupta cria um elo entre os indivíduos que experienciaram o passado africano e aqueles que crescem rodeados de histórias que passam não apenas pela África idílica, mas pelos destroços daquilo que outrora constitui o lugar dos portugueses além-mar.”⁶³

O aspeto de “retorno” provoca nos filhos dos “retornados” um sentimento de perda. Isso se depois manifesta nas descrições das pessoas que visitaram o Moçambique. Alguns conheceram a África atual e visitaram os lugares ou regiões onde os seus pais e familiares tinham passado a sua vida anterior. Tudo isso, apresenta uma confrontação entre as memórias (ditas pelos seus pais) e o presente. Essas pessoas ficavam surpreendidas, porque o país parecia

⁶² MACHADO, Bruno, *Os filhos dos “retornados”: a experiência africana e a criação de memórias, pós-memórias e representações na pós-colonialidade*, Mestrado em População Sociedade e Território, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, 2011, p. 82

⁶³ Id., *ibid*, p.103

semelhante com das descrições dos seus pais, mas mais decadente, porque depois da descolonização, as regiões começaram a degradar, por falta da manutenção.

As pessoas que não podiam visitar o Moçambique, a terra dos seus pais, lutavam com a sua identidade. Especialmente quando começaram a ver a diferença entre o Portugal depois de 25 de Abril e a África colonial. Por um lado, tem o país (Portugal) que se libertou do regime ditatorial e acabou com o colonialismo que devastou o território africano e, por outro lado, sentiam um sentimento de pertença a África. Essa luta que batalhavam dentro de si mesmos, não tinha uma razão sensata, porque eles nunca tinham visitado a África, mas sentiam empatia por regiões idílicas, pela terra e natureza, pelos símbolos que as relacionavam com o continente, como por exemplo, a música e a arte africanas, e a comida típica.

O que têm em conta essas duas gerações (“retornados” e os filhos) são as memórias e vivências “ditas” e não “vividias”. Ambas gerações viveram o sentido de “partida”. A primeira geração de um Portugal que partiu para África e a segunda geração de outro Portugal que partiu para Europa.

Atualmente, a segunda geração dos moçambicanos conserva e cultiva os costumes e hábitos africanos, mas vivem como portugueses. Construíram o seu lugar em Portugal, mas a África sempre estará com eles em pedaços, em memórias, nas fotografias e nos artefactos que herdaram dos seus pais. Essa geração conserva estas memórias e lembranças e durante a sua vida as reparte aos seus filhos, familiares e amigos.

A segunda geração usou a recriação de identidade como um mecanismo para unir este grupo social. Os moçambicanos cultivavam a sua identidade africana pela segunda geração e por isso não se sentiam puramente portugueses. Não se pode afirmar, que o grupo retornado do Moçambique é uma comunidade autónoma, mas eles sentem que sim é. Para eles, esse sentimento autónomo funciona como uma forma de sobrevivência na sociedade portuguesa.

Cristina, desempregada, fala, no estudo do Bruno Machado, sobre a importância da conservação das memórias da sua avó depois da chegada a Portugal:

“Está tudo atolado de recordações dela, sei lá, montes de coisas em madeira, livros sobre África, por exemplo, a sala parece que se está em Angola mesmo, aquilo com a decoração, as plantas todas, é mesmo uma decoração africana [...] Conversas então nem se fala, isso é do tipo se duas pessoas que estiveram em África se juntam parece que voltam para lá, parece que deixam de estar cá, já nem ouvem nada, aquilo é de doidos, é só o “lembras-te disto, e

daquilo...”, os nomes antigos, é viajar no tempo para eles [...]. Quem não percebe não tem paciência, mas eu sempre ouvi essas conversas, por isso...”⁶⁴

MACHADO, Bruno, *Os filhos dos “retornados”: a experiência africana e a criação de memórias, pós-memórias e representações na pós-colonialidade*, Mestrado em População Sociedade e Território, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, 2011, p. 79

5. (Re)integração da população retornada

À respeito da integração dos retornados na sociedade portuguesa, podemos dizer que foi geralmente apresentada como relativamente fácil e rápida, mas também apareceram problemas e dificuldades com a integração dos retornados. Uma das razões por que a integração foi relativamente fácil é a estratégia de “retorno às origens”. Isso significa que a maioria dos retornados adultos eram naturais de Portugal, e que se instalaram nas regiões de Portugal onde viviam as suas famílias.

A disposição dos retornados pelo território de Portugal era muito importante para a fase da integração (norte do país, distritos de Bragança, Guarda, Lisboa e Setúbal). A disposição dos retornados foi condicionada pela possibilidade de introdução no mercado de trabalho. Preferiam-se os sectores já conhecidos, quer dizer, os sectores semelhantes aos da sua vida profissional nas colónias, como já mencionei anteriormente, a população retornada trabalhou de maioria nos sectores socioeconómicos, onde podiam aproveitar as suas experiências escolares.

Outra explicação para a integração relativamente fácil é que os retornados chegaram para Portugal durante o tempo cheio dos câmbios. Na sociedade portuguesa ocorriam transformações e reajustamentos de carácter económico e cultural. Isto favoreceu a integração tão profissional como cultural dos retornados e proporcionou um clima mais aberto a novos valores culturais.

O outro lado, não tão agradável, é o facto que os retornados foram discriminados e desonrados pela sociedade portuguesa desta época. Depois de tanto sofrimento e trauma de guerra moçambicana, seguia-lhes a integração difícil em Portugal. O que é interessante é o facto, que os retornados foram aceites negativamente pelos residentes, mas sentiam-se superior a eles. “Este pode ser sumariamente definido como o conjunto de conhecimentos e aptidões pessoais que permitem ao indivíduo alcançar objectivos relativos a aspectos económicos e sociais”⁶⁵. Os retornados eram mais educados, preparados e capazes porque os residentes eram muito atrasados. Os retornados, com o seu sucesso em Moçambique, só confirmaram a sua superioridade e valor, quando conseguiam integrar-se na sociedade portuguesa apesar de hostilidade dos residentes.

⁶⁵ MACHADO, Bruno, *Os filhos dos “retornados”: a experiência africana e a criação de memórias, pós-memórias e representações na pós-colonialidade*, Mestrado em População Sociedade e Território, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, 2011, p. 74

Nos primeiros anos depois da chegada, os retornados sentiam desespero. As suas tentativas para integrar-se na sociedade portuguesa eram mal sucedidas também pelo facto de que pertencessem a um grupo onde a média da idade não ajudava com a integração fácil – tanto como a integração profissional como a cultural.

O grupo dos residentes foi um grupo que dificultou a sua integração. Quando os retornados chegaram a Portugal enfrentaram uma série de manifestações contra a sua chegada. Foram acusados de que viessem a Portugal ocupar os empregos dos residentes. Graças a isso, foi criada uma relação cheia de hostilidade e de isolamento entre os dois grupos. Uma das razões principais desta hostilidade dos residentes foi a diferença de mentalidade entre os dois grupos. Enquanto os retornados eram mais abertos e sinceros, os residentes eram fechados e desconfiados.

África, como o seu lar, sempre marcará a presença nas suas vidas e vivências além-mar. Depois da (re)entrada em Portugal, os retornados construíram uns lugares com o legado à África, “por vezes ocultando-se o passado, silenciando-se as memórias, ou celebrando-o, recriando-o, materializando-se a memória sempre que possível, nos hábitos, nas formas de ser e estar face ao que está em redor, num presente tão dissemelhante do tempo vivido, num lugar distante daquele que, à força, se abandonou, tentando-se estar junto a África através de exercícios que compõem uma vida “colorida” por África.”⁶⁶ Sabemos que o lar é um lugar que nos oferece segurança, familiaridade e nutrimento. No caso dos retornados, o lar deveria representar aquilo que é conhecido e familiar para eles. Deveria ajudar-lhes acalmar os sentimentos de dificuldades relacionadas a descolonização e o stress emocional que sentiam. Com a (re)criação do lar num novo lugar, era importante usar a “ideia de um espaço vivido, doméstico, através de práticas quotidianas e da exposição a diferentes materializações”⁶⁷, como por exemplo, os artefactos e hábitos culinários. Assim, nos seus lares podiam “esquecer” os episódios marcantes relacionados à descolonização. Isso é o essencial, que ajuda com a (re)integração em Portugal à população retornada. Assim, através as coisas materiais (fotografias, artefactos, etc.), os retornados podiam dirigir as suas identidades e memórias. Para eles, isso, apresentava o sentido de sentir-se como em casa (Moçambique) em qualquer parte do mundo.

⁶⁶ MACHADO, Bruno, *Os filhos dos “retornados”: a experiência africana e a criação de memórias, pós-memórias e representações na pós-colonialidade*, Mestrado em População Sociedade e Território, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, 2011, p. 76

⁶⁷ Id., *ibid*, p. 79

Quando eles partiram de Moçambique, tiveram de partir muito rápido e não tiveram as capacidades para trazer muitas coisas a Portugal, então, para eles, as coisas materiais que tinham da África eram bastante significantes. Por isso, quando construíram as suas casas em Portugal, davam importância nas coisas que tinham trazido junto com eles. Essas coisas ajudavam-lhes em processos de reminiscência do seu passado e daquilo que tinham deixado atrás.

Todos estes aspetos influenciavam a segunda geração dos retornados. É verdade, que os filhos dos retornados (da primeira geração) falavam a mesma língua e eram criados nos lugares cheios das memórias africanas, mas eram criados no país distinto só com as memórias transmitidas pelos seus pais. Quer dizer, “os filhos dos “retornados” os detentores de memórias transmitidas quer no lar, ao longo do seu desenvolvimento, sendo confessados episódios, vivências, sendo que, de forma (in)congruente, outras “leituras” do passado lhes vão sendo entregues, como “oficiais””.⁶⁸ A segunda geração dos retornados desenvolvia-se no tempo entre História e histórias. Esta geração era criada no tempo quando as suas memórias tinham filtradas pela primeira geração (os pais), que viveu os acontecimentos. Essas “verdadeiras” histórias que ouviam eram para eles distantes, romantizadas, idílicas e paradisíacas. Atualmente a segunda geração funciona como “o museu”, porque com a sua distância dos eventos da descolonização servem para preservar e transmitir o legado dos seus pais – as “boas-memórias”, aquelas que relacionam as histórias do passado africano.

A segunda geração dos moçambicanos conserva e cultiva os costumes e hábitos africanos, mas vivem como portugueses. Construíram o seu lugar em Portugal, mas a África sempre estará com eles em pedaços, em memórias, nas fotografias e nos artefactos que herdaram dos seus pais. Essa geração conserva estas memórias e lembranças e durante a sua vida as reparte aos seus filhos, familiares e amigos. Essa geração usou a recriação de identidade como um mecanismo para unir este grupo social. Os moçambicanos cultivavam a sua identidade africana pela segunda geração e por isso não se sentiam puramente portugueses. Não se pode afirmar, que o grupo retornado de Moçambique é uma comunidade autónoma, mas eles sentem que sim é. Para eles, esse sentimento autónomo funciona como uma forma de sobrevivência na sociedade portuguesa.

⁶⁸ MACHADO, Bruno, *Os filhos dos “retornados”: a experiência africana e a criação de memórias, pós-memórias e representações na pós-colonialidade*, Mestrado em População Sociedade e Território, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, 2011, p. 80

A despeito de todas dificuldades e a hostilidade sentidas no processo de integração, pode-se dizer que a integração geralmente passou de forma positiva, dado que a sociedade portuguesa teve uma flexibilidade impressionante para integrar uma imensa quantidade de pessoas. Hoje, pode-se dizer, que a população retornada está completamente integrada na sociedade portuguesa. De facto, os retornados afirmam que o retorno era uma decisão boa, porque conseguiram alcançar uma situação económica e social estável. É verdade, que a sua situação no Portugal não seja tão bem-sucedida como poderia ser em Moçambique. Apesar de que a maioria deles more em Portugal mais que 40 anos, nem todos se ainda sentem “portugueses”, mas “moçambicanos”

Tereza Coelho, jornalista, que veio de Lourenço Marques em 1974, aos 15 anos disse:

“Ainda hoje não consigo sentir-me portuguesa. Nunca quis conhecer o país, por exemplo, ou ver TV, ou falar espanhol, ou comer bacalhau. Mas também não me sinto moçambicana. Nem quero voltar. Para quê? Sei que a rua onde vivia se chama Kim Il Sung. (...) E que a minha casa, como era no bairro 'bom' deve ser uma embaixada, ou assim. Não tenho curiosidade. (...) Sempre pensei que ia voltar, odiava isto. achava tudo atrasado, escuro, frio, feio, com sotaque... Mas depois começaram a chegar vagas de pessoas com histórias horríveis, vieram também os meus pais, e essa ilusão desfez-se. Fiquei na terra de ninguém.”⁶⁹

Maria Albina Santos Vieira, a retornada de Moçambique, descreve a sua experiência de integração em Portugal assim:

“Cheguei a Portugal com mil escudos no bolso e uma filha de 14 anos. Comecei a fazer renda, noite e dia, toalhas, colchas.... Senti muito, custou-me muito a frieza das pessoas de cá para connosco, sobretudo a da família, que queria que eu e a minha filha fôssemos trabalhar para o campo. Tive de engolir o tratarem-nos por retornados, o ouvir dizer que o custo de vida aumentava por nossa causa, que nós tínhamos facilidades e eles não. Eu não tive facilidades, deram-me apenas alojamento durante algum tempo, nem sequer me fizeram o empréstimo que pedi para comprar uma máquina de costura.”⁷⁰

⁶⁹ Tereza Coelho no artigo “Portugal ganhou com a tragédia” escrito pela Cância, Fernanda, acedido em <https://www.dn.pt/dossiers/politica/a-revolucao-de-abril/noticias/portugal-ganhou-com-a-tragedia--1209308.html>

⁷⁰ MURTINHEIRA, Alcides: *Quatrocentos anos depois, que viagens?*, Centro da Língua / Camões – Viena, Universidade de Bratislava, 17 de outubro de 2014

6. Conclusão

Neste trabalho queríamos explicar os acontecimentos que precederam a descolonização e ao fenómeno dos retornados e as suas consequências a económica, política e sociedade portuguesa. Também queríamos mostrar as vantagens e desvantagens que os retornados trouxeram depois a sua chegada a Portugal.

O processo da descolonização de Moçambique foi o processo realmente rápido. A descolonização marcou na vida tanto dos portugueses como dos retornados. Graças aos testemunhos usados neste trabalho, podia-se observar como se sentiam os retornados sobre a sua partida difícil de Moçambique.

É muito interessante observar o fato, que neste período (antes da descolonização) o Moçambique era o país mais desenvolvido que Portugal. Os retornados do Moçambique eram acostumados a nível melhor da vida do que era em Portugal neste período. Este trabalho mostra que a população retornada representou só 6% dos analfabetos em Portugal, em comparação com a população residente que representou cerca de 30% dos analfabetos. Essa diferença grave não ajudava aos retornados. Os portugueses sentiam-se inferiores aos retornados.

Por um lado, os retornados eram malvistas pela população portuguesa. Depois da sua chegada, os retornados eram financiados pelos recursos especiais de apoio por parte de Estado, tinham alojamento gratuito e tinham acessos preferenciais ao mercado de trabalho. Por isso, muitas vezes eram acusados e tratados mal pelos portugueses residentes.

Por outro lado, os retornados, com as suas experiências profissionais, traziam várias vantagens ao Portugal. As universidades em África enfocaram no ensino prático, então quando os retornados chegaram a Portugal, Portugal beneficiava das suas qualificações académicas e profissionais. Os retornados traziam inovações específicas, por exemplo na Medicina (melhorias na técnica cirúrgica). A chegada dos retornados teve efeito visível também na Educação. Além do aumento do número dos professores, cria-se um projeto de inovação do atrasado ensino superior. Assim, pode-se observar que os retornados faziam força notável produtiva em Portugal.

Neste trabalho podíamos observar que, depois da descolonização e a chegada dos retornados a Portugal, a relação entre a sociedade portuguesa e a sociedade dos retornados era tenso. Podíamos observar que os retornados se sentiam isolados e discriminados pelos portugueses residentes. Por isso, os retornados começaram a formar os grupos dentro da sua

sociedade. Formaram comunidades inteiras para relacionar-se e compartilhar as suas experiências.

Ainda hoje, a vida dos retornados é marcada por este fenómeno. Atualmente, o nome *retornado* ainda tem o significado pejorativo. O termo *retornado* é o rótulo que os retornados trazem consigo. Nos testemunhos dos retornados podia-se observar que, ainda hoje, os retornados não se sentem portugueses, mas sim crioulos.

7. Resumé

Hlavnou témou tejto bakalárskej práce je migrácia skupiny zvanej „os retornados“ z Mozambiku do Portugalska, ktorá prebehla v 70-tých rokoch minulého storočia. Práca začína udalosťami, ktoré predchádzali dekolonizácií Mozambiku. V úvode sa teda práca zameriava na historický a socio-politický kontext v období Salazaristickej diktatúry v Portugalsku a Vojny za nezávislosť v Mozambiku.

Ďalej sa práca zameriava na problematiku „os retornados“, teda nato, prečo boli „os retornados“ nútení opustiť Mozambik, kde sa následne v Portugalsku rozhodli usadiť a ako boli prijatí samotnými Portugalcami. V práci sú použité svedecké výpovede samotných „os retornados“, ktoré dopomáhajú k lepšiemu pochopeniu tejto problematiky. Práca je inšpirovaná predovšetkým dvomi hlavnými štúdiami. Prvou štúdiou je: „*Os filhos dos “retornados”: a experiência africana e a criação de memórias, pós-memórias e representações na pós-colonialidade*” od Bruno Machado. Druhou štúdiou je: „*Retornados: Identidades de Um Grupo (In)Conformado*” od Cláudia Sofia Pinto a Susana Faria.

Záver práce sa zameriava na rozdiely medzi „os retornados“ a portugalskou spoločnosťou a ako sa Portugalsko dokázalo vyrovať s repatriáciou takéhoto veľkého počtu ľudí.

8. Bibliografia

- CABAÇO DE OLIVEIRA, José Luís. *Moçambique: Identidades, colonialismo e libertação.*, São Paulo, 2007.
- COSTA DA ROCHA, Cristiana. “Os retornados: reflexões sobre condições sociais e sobrevivência de trabalhadores rurais migrantes escravizados no tempo presente.” In *Revista Brasileira de História*, v.32, nº 64, 2012: 149-165.
- DIAS FERNANDES, Carlos Manuel. *Dinâmicas de pesquisa em ciências sociais no Moçambique pós – independente: o caso do centro de estudos africanos, 1975-1990.* Universidade Federal de Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa multidisciplinar de pós-graduação em estudos étnicos e africanos, Salvador, 2011.
- DUARTE, Maria João Domingues. “Os «retornados» das ex-colónias portuguesas: representações e testemunhos.” *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. 503-529.
- FERREIRA, Carolin Overhoff. *O Drama da descolonização em imagens em movimento – a propôs do “nascimento” dos cinemas luso-africanos.* Universidade Federal de São Paulo, Estudos Linguísticos e literários, Salvador, 2016.
- KALTER, Christoph. “Gente pós-colonial: quem eram os retornados?” In *Retornar. Traços de memória do fim do império.* Lisboa: Edições 70, 2017. 101-120
- KLÍMA, Jan. *Dějiny Mosambiku.* Nakladatelství Lidové Noviny, Praha, 2010.
- KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska.* Nakladatelství Lidové Noviny, Praha, 2007.
- MACHADO, Bruno. *Os filhos dos “retornados”: a experiência africana e a criação de memórias, pós-memórias e representações na pós-colonialidade.* Mestrado em População Sociedade e Território, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, 2011.
- MURTINHEIRA, Alcides. *Quatrocentos anos depois, que viagens?.* Centro da Língua / Camões – Viena, Universidade de Bratislava, 17 de outubro de 2014.
- OLIVEIRA VIEIRA, Susana Patrícia de. *Vindos de África: «Retornados» e «Desalojados» em Braga (1974-1977).* Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Minho, 2013.

PIMENTA, Fernando Tavares. *Perspectivas da historiografia Colonial Portuguesa (Século XX)*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Julho 2010.

PINTO SOFIA, Cláudia, FARIA, Susana. *Retornados – identidades de um grupo (in)conformado*. Seminário de Investigação em Sociologia da Cultura, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Setembro de 1996.

RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 2003.

Fontes eletrónicas

CÂNCIO, Fernanda. “Portugal ganhou com a tragédia.” *Diário de Notícias* (23 de Abril de 2004). Acedido em 15 de Abril de 2021, em: <https://www.dn.pt/dossiers/politica/a-revolucao-de-abril/noticias/portugal-ganhou-com-a-tragedia--1209308.html>

CRUZ E SILVA, Teresa Maria de. “Moçambique, um perfil.” Acedido em 19 de Maio de 2021, em: <https://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>

ISSUFO, Nadia. “45 anos de (in)dependência: Dos novos opressores à necessidade de reformas.” (24 de Junho de 2020). Acedido em 18 de Abril de 2021, em: <https://www.dw.com/pt-002/45-anos-de-independ%C3%Aancia-dos-novos-opressores-%C3%A0-necessidade-de-reformas/a-53928445>

NEVES SILVA, Daniel. “Salazarismo.” Acedido em 24 de Janeiro de 2021, em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/salazarismo.htm>

RATO, Vanessa. “O mistério das estátuas de jade e outras incógnitas.” (22 de Março de 2020). Acedido em 3 de Fevereiro de 2021, em: https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2020/10/06192622/VRato_PublicoVII_20200322_web.pdf

9. Anotação

Autor: Aneta Stará

Departamento: Departamento das línguas românicas, secção portuguesa, Faculdade de Letras, Universidade Palacký em Olomouc

O título: Descolonização do Moçambique e “os retornados”

Orientador: Mgr. Kateřina Ritterová, Ph.D.

Número de sinais: 96 517

Número de anexos: 0

Número de fontes: 19

Palavras-chaves: os retornados, descolonização, Moçambique, salazarismo, integração

Caracterização breve da tese: Este trabalho focaliza no fenómeno da maior migração de década 70 em Portugal – a migração dos retornados das ex-colónias ultramarinas portuguesas. O trabalho enfoca no contexto histórico que precedeu a migração, na problemática dos retornados, na descolonização de Moçambique e na sua integração em Portugal.

10. Annotation

Author: Aneta Stará

Faculty, Department: Faculty of Arts, Department of Romance Studies

Title: Decolonization of Mozambique and „os retornados“

Supervisor: Mgr. Kateřina Ritterová, Ph.D.

Number of characters: 96 517

Number of appendices: 0

Number of bibliography used: 19

Key words: os retornados, decolonization, Mozambique, Salazarism, integration

Brief characteristic: This thesis focuses on the biggest migration in 1970s – on migration of “os retornados” from former Portuguese colonies. The thesis concentrates on historic context, on what preceded the migration, on problems of “os retornados”, on decolonization of Mozambique and on integration of “os retornados” in Portugal.

UNIVERZITA PALACKÉHO V OLOMOUCI
Filozofická fakulta
Akademický rok: 2018/2019

Studijní program: Filologie
Forma studia: Prezenční
Obor/kombinace: Španělská filologie – Portugalská
filologie (ŠF-PO)

Obor v rámci kterého má být VŠKP vypracována: Portugalská filologie

Podklad pro zadání BAKALÁŘSKÉ práce studenta

Jméno a příjmení: Aneta STARÁ
Osobní číslo: F17548
Adresa: Rozkvet 2055, Považská Bystrica, 01701 Považská Bystrica, Slovenská republika
Téma práce: Dekolonizace Mosambiku a os Retornados
Téma práce anglicky: Decolonization of Mozambique and os Retornados
Vedoucí práce: Mgr. Kateřina Ritterová, Ph.D.
Katedra romanistiky – portugalština

Zásady pro vypracování:

1. Úvod
2. Boj o Mosambik
3. Koloniální politika v Portugalsku
4. Kultura v Mosambiku
5. Nastudování korpusu
6. Kategorizace
7. Závěr

Seznam doporučené literatury:

ADAMOPOULOS, Sarah: Voltar – Memória do colonialismo e da descolonização, Lisboa: Planeta, 2012
CARDOSO, Dulce Maria: O Retorno, Lisboa: Tinta da China, 2012
DACOSTA, Fernando: Os retornados mudaram Portugal, Lisboa: Edicoes Parsifal, 2013
KLÍMA, Ján: Dějiny Mosambiku, Praha: Nakladatelství Lidové noviny, 2010
MAGALHAES, Júlio: Os retornados – Um amor nunca se esquece, Lisboa: A esfera dos livros, 2008
RODRIGUES MIGUÉIS, José: O Passageiro Clandestino, in Gente da Terceira Classe, Lisboa: Estúdios Cor, 1962

Podpis studenta: 

Datum: 16. 05. 2019

Podpis vedoucího práce: 

Datum: 16. 05. 2019